

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 2025

Dispõe sobre a criação do programa "Heróis do Tesouro", que institui a Adição Voluntária à Alíquota (AVA) do Imposto de Renda sobre Pessoa Física, e cria o cadastro público de doadores.

Autor: Deputado KIM KATAGUIRI

Relator: Deputado POMPEO DE MATTOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2025, de autoria do Deputado Kim KataguiRI, institui o programa "Heróis do Tesouro", que estabelece a Adição Voluntária à Alíquota (AVA) do Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas e cria um cadastro público de contribuintes que optarem por este acréscimo voluntário.

A proposta legislativa em análise estrutura-se em 10 artigos que estabelecem: a criação do programa "Heróis do Tesouro" e seu escopo geral; a concessão do título honorífico de "Herói do Tesouro" ou "Heroína do Tesouro" aos contribuintes aderentes; o mecanismo da Adição Voluntária à Alíquota (AVA), com acréscimo mínimo de 5% sobre o total da renda tributada; o caráter expressamente voluntário da adesão ao programa; a forma eletrônica e gratuita para adesão, cancelamento e modificação da AVA; o tratamento da verba arrecadada como receita tributária, sujeita às mesmas regras do imposto sobre a renda; a equivalência dos sujeitos ativo e passivo ao imposto de renda; a criação de um cadastro público dos aderentes ao programa; o caráter incondicionado da adesão, sem geração de direitos ou vantagens materiais; e a vigência da lei a partir de sua publicação.



O projeto foi distribuído às Comissões de Cultura; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, I e art. 151, II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto não possui apensos. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise institui mecanismo de contribuição financeira voluntária adicional ao Estado brasileiro, associada a um reconhecimento simbólico através do título de “Herói do Tesouro” ou “Heroína do Tesouro”. O elemento central da proposta que se submete à análise desta Comissão de Cultura é a instituição de título honorífico como forma de reconhecimento público a cidadãos que optem por contribuir além de suas obrigações fiscais legais no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Na Justificação, o Autor argumenta que o projeto visa preencher uma lacuna ao possibilitar que cidadãos colaborem voluntariamente com o fortalecimento das finanças públicas, concedendo-lhes um reconhecimento simbólico por meio do título honorífico.

Apesar de sua origem nitidamente provocativa, tendo sido impulsionado por influenciadores de perfil ideológico marcadamente liberal, o projeto alcança, em seu conteúdo, um ponto de inflexão interessante no debate sobre a relação entre o cidadão e o Estado, sobretudo no que diz respeito à cultura cívica e à percepção pública sobre a carga tributária e o financiamento das políticas públicas.

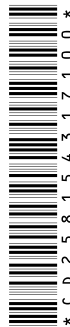


Nesse sentido, embora a proposta tenha nascido como uma possível sátira, ela propicia uma oportunidade legítima para refletir sobre práticas voluntárias de engajamento fiscal e reconhecimento público de cidadãos que, por convicção pessoal, desejam contribuir além do mínimo legal. Trata-se, portanto, de matéria que, ainda que formulada em tom de provocação política, alcança conteúdo legível, que deve ser apreciado sob o rigor técnico e com o devido decoro institucional, avaliando seus potenciais efeitos práticos e simbólicos na sociedade.

No âmbito desta Comissão de Cultura, destaca-se positivamente a previsão de concessão de um título honorífico aos aderentes da AVA. A valorização simbólica de gestos cívicos é prática comum em diversas iniciativas culturais, como selos de incentivo, medalhas, prêmios e cadastros públicos de mérito.

Considero, portanto, que a proposta representa uma iniciativa meritória e merece ser aprovada. No entanto, entendo que o projeto comporta aperfeiçoamentos, razão pela qual apresento Substitutivo contemplando as seguintes modificações, além de outros ajustes de mera técnica legislativa, ressaltando que a análise aprofundada dos aspectos financeiros do projeto será realizada com a devida propriedade pela Comissão de Finanças e Tributação, em sua fase de apreciação de mérito:

- i) alteração da nomenclatura do programa, de “Heróis do Tesouro” para “Cidadãos pelo Tesouro Nacional”. Tal modificação se fundamenta em critérios técnicos e conceituais relevantes. O termo “herói” deve ser reservado a personalidades que tenham oferecido a vida à Pátria, ou realizado feitos extraordinários ou atos de excepcional sacrifício pelo país, a exemplo do prevê a Lei nº 11.597/2007 (Heróis e Heroínas da Pátria). Trata-se de designação de elevado valor simbólico na cultura nacional, cujo uso deve ser criterioso para preservar sua força semântica e histórica. A contribuição tributária adicional, embora louvável como exercício de cidadania fiscal, não se enquadra na dimensão de sacrifício ou



excepcionalidade que justificaria tal denominação. Por outro lado, o termo “cidadãos” remete diretamente ao exercício consciente de direitos e deveres em relação à coletividade e ao Estado, conceito plenamente alinhado com o ato voluntário de contribuir adicionalmente para o erário público. Ademais, a nova denominação evita possíveis interpretações irônicas ou depreciativas, conferindo dignidade institucional ao programa e valorizando o genuíno espírito de civismo que se pretende fomentar.

- ii) ampliação do reconhecimento simbólico para além do título, incluindo possibilidades de participação em eventos culturais, esportivos e educacionais promovidos pelo poder público, na forma de regulamento;
- iii) dar a opção ao contribuinte pela não divulgação do seu nome no cadastro público, mantendo-se apenas registros estatísticos de sua contribuição. Além disso, incluir dispositivo para que o cadastro observe a legislação quanto à proteção de dados;
- iv) possibilidade de o Poder Executivo realizar anualmente cerimônia de reconhecimento aos maiores contribuintes do programa, com a entrega de certificado de menção honrosa;
- v) supressão dos § 2º e § 3º do art. 8º do texto original pela desnecessidade de incluir em texto legal detalhes técnicos e operacionais sobre a estrutura e funcionamento do cadastro. O § 1º já estabelece suficientemente os princípios fundamentais de transparência, gratuidade e acessibilidade que devem nortear o cadastro, delegando implicitamente à regulamentação posterior a definição das funcionalidades específicas da plataforma.



Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado POMPEO DE MATTOS
Relator

2025-6509



COMISSÃO DE CULTURA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8,
DE 2025**

Institui o Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional, que institui a Contribuição Voluntária Adicional (CVA) ao Imposto de Renda sobre Pessoa Física, e cria o cadastro público de contribuintes voluntários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional, que consiste na Adição Voluntária à Alíquota (AVA) do Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas.

§ 1º A adesão ao programa de que trata esta Lei implica na concessão do título honorífico de “Cidadão pelo Tesouro Nacional” ou “Cidadã pelo Tesouro Nacional” ao contribuinte enquanto durar sua adesão.

§ 2º O título honorífico de que trata o § 1º não confere qualquer direito, vantagem ou prerrogativa.

Art. 2º Os aderentes ao programa de que trata esta Lei contribuirão para o tesouro da União pelo pagamento de um valor superior ao Imposto de Renda devido, que será realizado pela majoração da alíquota, denominado Adição Voluntária à Alíquota (AVA).

§ 1º No ato da adesão ao programa, o aderente escolherá o valor da AVA, que corresponderá a um acréscimo de, no mínimo, 5% sobre o total da renda tributada, aplicado à alíquota vigente do imposto sobre a renda.

§ 2º A qualquer momento, o contribuinte poderá majorar a alíquota adotada, mas a minoração só incidirá a partir do exercício financeiro seguinte.



§ 3º A opção pela alíquota adicional é irrevogável e válida por todo o exercício financeiro.

§ 4º A qualquer momento o contribuinte que aderir ao programa de que trata esta Lei poderá optar, por solicitação formal, pela cessação da alíquota adicional, que gerará efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

Art. 3º A adesão ao Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional será expressa e voluntária, não podendo ser presumida em hipótese alguma.

Art. 4º A adesão ao Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional, seu cancelamento e a modificação da AVA poderão ser feitos de forma eletrônica e gratuita, na forma de regulamento.

Art. 5º A verba arrecadada por conta da AVA é considerada receita tributária para todos os fins e sua repartição obedece às regras da repartição das receitas do imposto sobre a renda.

§1º Os créditos da AVA são considerados tributários para todos os fins.

§2º Ao “Cidadão pelo Tesouro Nacional” ou à “Cidadã pelo Tesouro Nacional” incidem os mesmos efeitos do imposto sobre a renda com relação a:

- I - obrigações acessórias;
- II - consequências administrativas, cíveis, trabalhistas e penais sobre o não recolhimento, o recolhimento intempestivo ou incorreto;
- III - anistia, parcelamento, isenção, imunidade e qualquer forma de extinção ou suspensão do crédito tributário;
- IV - prescrição e decadência;
- V - recolhimento.

Art. 6º O sujeito ativo, o sujeito passivo e o contribuinte do Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional são idênticos àqueles do imposto sobre a renda.

Art. 7º O cadastro de aderentes ao Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional será público e estruturado na forma de regulamento.



§ 1º Qualquer pessoa, sem necessidade de identificação ou justificativa, poderá consultar, de forma gratuita e eletrônica:

I - o nome dos aderentes ao programa que não tenham optado pela não divulgação de seus dados;

II - o valor da AVA pela qual o Cidadão pelo Tesouro Nacional optou;

III - a opção pela redução da AVA ou pelo cancelamento da adesão ao programa.

§ 2º O aderente ao programa poderá optar pela não divulgação de seu nome no cadastro público, mantendo-se apenas registros estatísticos de sua contribuição.

§ 3º O tratamento dos dados pessoais dos aderentes ao programa observará os princípios e as regras previstas na legislação vigente sobre proteção de dados.

Art. 8º A adesão ao Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional é sempre incondicionada e não gera ao “Cidadão pelo Tesouro Nacional” ou à “Cidadã pelo Tesouro Nacional” qualquer direito ou vantagem decorrente da concessão desse título.

Art. 9º Os aderentes ao Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional poderão ter acesso preferencial a eventos culturais, esportivos e educacionais promovidos pelo poder público, na forma do regulamento.

Art. 10. O Poder Executivo poderá realizar, anualmente, cerimônia de reconhecimento aos maiores contribuintes do Programa Cidadãos pelo Tesouro Nacional que expressamente consentirem com a homenagem, com a entrega de certificado de menção honrosa, respeitada a opção pela não divulgação de dados prevista no § 2º do art. 7º.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.



Deputado POMPEO DE MATTOS
Relator

2025-6509

9

Apresentação: 22/05/2025 17:38:37.920 - CCULT
PRL 1 CCULT => PLP 8/2025

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258154317100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pompeo de Mattos

